

1.000

QUESTÕES PARA O

IBAMA

Analista Administrativo

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	15
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	15
→ ACENTUAÇÃO.....	15
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	17
→ ARTIGO	18
→ ADJETIVO	18
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	19
→ ADVÉRBIO	20
→ PREPOSIÇÃO.....	21
→ CONJUNÇÃO.....	22
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	24
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	26
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	28
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	33
→ CRASE.....	37
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	41
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	46
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	51
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	70
→ GABARITO	75
NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	79
→ WINDOWS 10.....	79
→ WINDOWS 11.....	79
→ WORD 2019.....	80
→ EXCEL 2019.....	80
→ POWERPOINT 2019	81
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	81
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	81
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	81
→ MOZILLA FIREFOX.....	82

→ GOOGLE CHROME.....	82
→ MICROSOFT EDGE.....	82
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	83
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	83
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	83
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	83
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	84
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	84
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	84
→ TI - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - CONCEITOS INICIAIS E GERAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	85
→ SISTEMAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA.....	85
→ MÉTODOS DE CLASSIFICAÇÃO (MACHINE LEARNING).....	85
→ MÉTODOS DE TREINAMENTO DE MODELOS (MACHINE LEARNING).....	86
→ MÁQUINAS DE VETORES DE SUPORTE (SVM).....	86
→ ÁRVORES DE DECISÃO.....	86
→ REDUÇÃO DE DIMENSIONALIDADE.....	86
→ REDES NEURAIS.....	87
→ GABARITO.....	87

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL..... 89

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - LEI Nº 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS.....	89
→ DIREITO AMBIENTAL - PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES (ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.938/1981).....	89
→ OBJETIVOS (ARTS. 4º E 5º DA LEI Nº 6.938/1981).....	90
→ SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - SISNAMA (ART. 6º DA LEI Nº 6.938/1981).....	90
→ CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA (ART. 8º DA LEI Nº 6.938/1981).....	90
→ INSTRUMENTOS DA PNMA (ARTS. 9º A 21 DA LEI Nº 6.938/1981).....	90
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011 - COOPERAÇÃO.....	90
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 3º DA LEI Nº 12.651/2012).....	91
→ DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (ARTS. 4º A 9º DA LEI Nº 12.651/2012).....	91
→ DA ÁREA DE RESERVA LEGAL (ARTS. 12 A 25 DA LEI Nº 12.651/2012).....	91
→ DECRETO Nº 6.514/2008 - INFRAÇÕES, SANÇÕES E PROCESSO ADMINISTRATIVO EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	92
→ LEI Nº 10.410/2002 - CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE.....	92
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998).....	92
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998).....	92
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998).....	93
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	93
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	93
→ DOS CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL (ARTS. 62 A 65 DA LEI Nº 9.605/1998).....	93

→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998)	93
→ GABARITO	94

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA 95

→ DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS.....	95
→ DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS.....	95
→ CONCEITOS E FASES DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS	95
→ CONCEITOS, OBJETIVOS E EVOLUÇÃO DA FUNÇÃO DE AVALIAÇÃO	95
→ CICLO VITAL (TEORIA DAS TRÊS IDADES)	95
→ TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS	96
→ AQUISIÇÃO (TRANSFERÊNCIA E RECOLHIMENTO DE ARQUIVOS).....	96
→ A ATIVIDADE DE CLASSIFICAÇÃO (PLANO DE CLASSIFICAÇÃO, ARRANJO ETC.)	97
→ MÉTODOS DE ARQUIVAMENTO (ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS)	97
→ DESCRIÇÃO (FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA).....	97
→ DIAGNÓSTICO EM ARQUIVOS.....	98
→ PROTOCOLO E SUAS ATIVIDADES	98
→ PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS (AUTUAÇÃO, APENSAÇÃO, DESENTRANHAMENTO, JUNTADA ETC.).....	98
→ PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ACERVOS	98
→ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA A ARQUIVOLOGIA	98
→ GABARITO	98

LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO 101

→ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS - NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	101
→ NOÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS	101
→ ETAPAS DA CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS.....	102
→ TIPOS DE CLASSIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE MATERIAIS	102
→ GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS	104
→ NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS NO SETOR PÚBLICO	104
→ GABARITO	105

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO 107

→ ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES	107
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	107
→ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA	108
→ DECRETO Nº 1.171/1994 - CÓDIGO DE CONDUTA DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	109
→ GABARITO	110

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA..... 113

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA	113
→ GOVERNO ELETRÔNICO.....	113
→ EXCELÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS (GESPÚBLICA, MEGP)	114
→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	114
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	115
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	115
→ VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA (ART. 167 DA CF/1988)	116
→ CICLO ORÇAMENTÁRIO.....	116
→ GABARITO	116

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 119

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	119
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	119
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	119
→ HABEAS CORPUS	120
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	120
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	121
→ HABEAS DATA.....	121
→ AÇÃO POPULAR	121
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	121
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	121
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	121
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	122
→ PERDA DA NACIONALIDADE	122
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	122
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	122
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	122
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	122
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	123
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	123
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	123
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	123
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	123
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988).....	123
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	124
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	124
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	124

→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	124
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	124
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	124
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	124
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	125
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	125
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	125
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	125
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	125
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	125
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	125
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	126
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	126
→ DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149 DA CF/1988)	126
→ NORMAS GERAIS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 163 E 164-A DA CF/1988).....	126
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	127
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	127
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	127
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988)	127
→ GABARITO	127

DIREITO ADMINISTRATIVO129

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	129
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	129
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	129
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	129
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	130
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	130
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	130
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	130
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	130
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	131
→ PODER REGULAMENTAR.....	131
→ PODER HIERÁRQUICO	131
→ PODER DISCIPLINAR	131
→ PODER DE POLÍCIA	131
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	132
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	132
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	132
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	132

→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	133
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	133
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	133
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	133
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	133
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	134
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	134
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	134
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	135
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	135
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	136
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	136
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	136
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	136
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	136
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 35 A 47 DA LEI Nº 12.527/2011).....	136
→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	136
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	136
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 AO 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	136
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES (ART. 14 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	136
→ DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS (ARTS. 15 AO 16 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	137
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 AO 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	137
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 AO 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	137
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 AO 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	137
→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 AO 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	137
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 AO 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	137
→ GABARITO	137

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA 139

→ CONVERGÊNCIAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E A PRIVADA	139
→ DIVERGÊNCIAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E A PRIVADA.....	139
→ PATRIMONIALISMO NO BRASIL	140
→ A REFORMA BUROCRÁTICA NO BRASIL.....	140
→ A REFORMA GERENCIAL NO BRASIL.....	140
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	140
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	141
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	141
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	142
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	142
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	142
→ LIDERANÇA	143
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	143
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	144
→ CLIMA ORGANIZACIONAL	144
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	145
→ MOTIVAÇÃO.....	145
→ GESTÃO POR PROCESSOS (BPM CBOK, CICLO PDCA, 6 SIGMA ETC.).....	146
→ GABARITO	146

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO 149

→ CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO	149
→ ASPECTOS/DIMENSÕES DO ORÇAMENTO PÚBLICO (JURÍDICO, POLÍTICO, SOCIAL, ETC).....	149
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	149
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	149
→ CRÉDITOS ADICIONAIS	150
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	150
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	150
→ CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA.....	150
→ CLASSIFICAÇÃO POR FONTE / DESTINAÇÃO DE RECURSOS	150
→ CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA POR IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO	150
→ ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA.....	150
→ DÍVIDA ATIVA.....	150
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE DESPESA PÚBLICA.....	151
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	151
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	151

→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS.....	151
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	151
→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	151
→ REGIME DE ADIANTAMENTO	152
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º E 2º DA LRF).....	152
→ PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO (ARTS. 3º A 10 DA LRF)	152
→ DA RECEITA PÚBLICA (ARTS. 11 A 14 DA LRF)	152
→ GERAÇÃO DE DESPESA E DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO (ARTS. 15 A 17 DA LRF).....	152
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)	152
→ TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL (ARTS. 48 E 49 DA LRF)	153
→ ESCRITURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (ARTS. 50 E 51 DA LRF).....	153
→ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO (ARTS. 52 E 53 DA LRF)	153
→ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF (ARTS. 54 E 55 DA LRF)	153
→ GABARITO	153

CONTABILIDADE PÚBLICA155

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - CONCEITOS, OBJETO, OBJETIVOS E CAMPO DE APLICAÇÃO (ESTRUTURA CONCEITUAL - PREFÁCIO E CAPS. 1 A 4).....	155
→ REGIMES ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL E EXERCÍCIO FINANCEIRO	156
→ PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA	157
→ PATRIMÔNIO PÚBLICO	158
→ INVENTÁRIO. MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO.	158
→ VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	158
→ BASES DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS (MCASP E NBC TSP EC).....	158
→ ATIVO IMOBILIZADO (MCASP E NBC TSP 07)	158
→ DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (NBC TSP 07, MCASP, ETC.)	158
→ PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (MCASP E NBC TSP 03)	159
→ GABARITO	159

GESTÃO DE PESSOAS 161

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - RELAÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO.....	161
→ GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	161
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	161
→ MODELOS BÁSICOS DE GESTÃO DE PESSOAS	161
→ EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS NO CENÁRIO MUNDIAL	161
→ EVOLUÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO NACIONAL.....	162
→ OBJETIVOS, FUNÇÕES E DESAFIOS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	162
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	162
→ PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE LINHA E FUNÇÃO DE STAFF	162

→ HIERARQUIA DE DECISÕES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	163
→ SUBSISTEMAS DE GESTÃO DE PESSOAS.....	163
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS).....	163
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)	163
→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS	164
→ DESEMPENHO	164
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	164
→ QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT).....	164
→ ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO.....	164
→ GABARITO	165

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CEBRASPE-CESPE – 2024) No tocante às fontes do direito administrativo, aos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Os princípios gerais do direito não são considerados fontes do direito administrativo, dada a proeminência do princípio da legalidade.

() CERTO () ERRADO

2. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Acerca do objeto do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Os objetos de interesse do direito administrativo não incluem a atuação de entes de direito privado.

() CERTO () ERRADO

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

3. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Com base nos princípios do regime jurídico administrativo e nas regras relativas à contratação direta pela administração pública, julgue o item que se seguem.

O denominado regime jurídico administrativo compreende tudo aquilo que tanto o particular quanto a administração pública podem fazer, sendo caracterizado pela horizontalidade nas relações jurídicas e pela igualdade jurídica entre as partes.

() CERTO () ERRADO

4. (CEBRASPE-CESPE – 2016) No que diz respeito aos poderes e deveres dos administradores públicos, julgue o item que se segue.

Assim como o administrador de empresas privadas, o administrador público tem o poder de agir, o que lhe faculta a escolha de agir ou não no exercício de sua função.

() CERTO () ERRADO

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

5. (CEBRASPE-CESPE – 2023) No que se refere aos poderes e aos princípios da administração pública, à responsabilidade civil do Estado e aos serviços públicos, julgue o item subsequente.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), a administração pública é expressamente norteadada pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

() CERTO () ERRADO

6. (CEBRASPE-CESPE – 2017) A respeito dos princípios da administração pública e da organização administrativa, julgue o item a seguir.

Se uma autoridade pública, ao dar publicidade a determinado programa de governo, fizer constar seu nome de modo a caracterizar promoção pessoal, então, nesse caso, haverá, pela autoridade, violação de preceito relacionado ao princípio da impessoalidade.

() CERTO () ERRADO

7. (CEBRASPE-CESPE – 2015) A administração pública é regida por princípios fundamentais que atingem todos os entes da Federação: União, estados, municípios e o Distrito Federal. Com relação a esse assunto, julgue o item subsequente.

Na hierarquia dos princípios da administração pública, o mais importante é o princípio da legalidade, o primeiro a ser citado na CF. Certo

Errado

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

8. (CEBRASPE-CESPE – 2022) A respeito dos poderes e atos administrativos, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir.

No âmbito da autotutela da administração pública, a anulação de ato administrativo que afete interesses individuais não prescinde da observância do contraditório.

() CERTO () ERRADO

9. (CEBRASPE-CESPE – 2019) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item que se segue.

A relação entre a administração pública e seus administrados é caracterizada pela verticalidade.

() CERTO () ERRADO

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

10. (CEBRASPE-CESPE — 2023) Julgue o próximo item, relativos à polícia sanitária, aos atos administrativos e ao processo administrativo.

Os fatos e os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários, conforme a carga de liberdade no exercício da vontade do agente administrativo.

() CERTO () ERRADO

11. (CEBRASPE-CESPE — 2015) A respeito da administração pública direta e indireta e de atos administrativos, julgue o item a seguir.

Em regra, o silêncio da administração pública, na seara do direito público, não é um ato, mas um fato administrativo.

() CERTO () ERRADO

→ MÉRITO ADMINISTRATIVO

12. (CEBRASPE-CESPE — 2018) No que tange aos atos administrativos, julgue o item seguinte.

Nas situações de silêncio administrativo, duas soluções podem ser adotadas na esfera do direito administrativo. A primeira está atrelada ao que a lei determina em caso de ato de conteúdo vinculado. A segunda, por sua vez, ocorre no caso de ato de caráter discricionário, em que o interessado tem o direito de pleitear em juízo que se encerre a omissão ou que o juiz fixe prazo para a administração se pronunciar, evitando, dessa forma, a omissão da administração.

() CERTO () ERRADO

13. (CEBRASPE-CESPE — 2017) A respeito do conceito, das formas, da classificação e da previsão normativa do controle na administração pública brasileira, julgue o seguinte item.

Embora exerça controle de atos administrativos ao avaliar os limites da discricionariedade sob os aspectos da legalidade, é vedado ao Poder Judiciário exercer o controle de mérito de atos administrativos, pois este é privativo da administração pública.

() CERTO () ERRADO

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

14. (CEBRASPE-CESPE — 2024) Com base nos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

A motivação do ato administrativo será obrigatória quando dela depender o exercício do contraditório e da ampla defesa.

() CERTO () ERRADO

15. (CEBRASPE-CESPE — 2015) Paulo foi aprovado em concurso para analista, que exigia nível superior. Nomeado e empossado, Paulo passou a desempenhar suas funções com aparência de legalidade. Posteriormente, constatou-se que Paulo jamais havia colado grau em instituição de ensino superior, detendo, como titulação máxima, o ensino médio.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte. Paulo desempenhou suas funções com excesso de poder.

() CERTO () ERRADO

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

16. (CEBRASPE-CESPE — 2022) Julgue o item que se seguem, acerca dos princípios do direito administrativo, do ato administrativo, dos poderes da administração pública e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba.

Apesar de o ato administrativo gozar da presunção de legitimidade e veracidade, em situações excepcionais o Poder Judiciário pode desconstituí-lo, afastando a justificativa do interesse público.

() CERTO () ERRADO

17. (CEBRASPE-CESPE — 2021) No que se refere ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

A imperatividade é atributo de todas as modalidades de atos administrativos.

() CERTO () ERRADO

18. (CEBRASPE-CESPE — 2018) Acerca dos atos administrativos, julgue o item.

A imperatividade do ato administrativo prevê que a administração pública, para executar suas decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.

() CERTO () ERRADO

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

19. (CEBRASPE-CESPE — 2021) A respeito de atos administrativos, dos princípios administrativos, do processo administrativo e dos poderes da administração pública, julgue o item:

O ato regulamentar poderá impor obrigações e direitos, desde que estes não sejam contrários à lei que tiver ensejado a sua prática.

() CERTO () ERRADO

20. (CEBRASPE-CESPE — 2019) Acerca de atos administrativos, julgue o item que se segue.

A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.

() CERTO () ERRADO

21. (CEBRASPE-CESPE — 2015) No que se refere aos atos administrativos, aos agentes públicos, aos poderes administrativos e ao disposto na Lei Complementar Estadual n.º 122/1994, julgue o item a seguir.

Com base no princípio da supremacia do interesse público, a administração poderá, discricionariamente, negar a concessão de licença para o exercício de determinada atividade, ainda que preenchidos os requisitos legais.

() CERTO () ERRADO
